



ENTRE O SILENCIAMENTO E A NORMALIZAÇÃO: VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR

BETWEEN SILENCING AND NORMALIZATION: GENDER-BASED VIOLENCE IN HIGHER EDUCATION TEACHING

Perla de Campos Mendonça¹

Resumo: Este artigo investiga a violência de gênero no trabalho docente do ensino superior como fenômeno estrutural, cuja persistência está articulada à divisão sexual do trabalho, à desvalorização simbólica da produção intelectual feminina e à reprodução institucionalizada de assimetrias de poder nas universidades brasileiras. A relevância do tema se evidencia nos dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2023): embora as mulheres representem mais de 54% do corpo docente das IES, ocupam menos de 30% dos cargos de reitoria e pró-reitoria, revelando a distância entre presença numérica e equidade de poder. O objetivo central é analisar, a partir de referencial teórico crítico, as determinações estruturais da violência de gênero na docência universitária, evidenciando a articulação entre dominação simbólica, organização acadêmica do trabalho e sofrimento docente. A metodologia adotada é teórico-bibliográfica, com revisão narrativa da literatura fundamentada em Pierre Bourdieu, Christophe Dejours, Danièle Kergoat e Heleieth Saffioti, articulados a produções nacionais que contextualizam o fenômeno na realidade universitária brasileira. A pesquisa está dispensada de submissão ao CEP nos termos da Resolução CNS nº 510/2016. Os resultados evidenciam que a violência de gênero opera por mecanismos simbólicos de difícil reconhecimento: sub-representação feminina em cargos de poder, apagamento da autoria intelectual das pesquisadoras, assédio moral e sexual institucionalmente tolerados, sobrecarga de trabalho emocional invisibilizado e penalização produtivista das trajetórias interrompidas pela maternidade. Conclui-se pela urgência de políticas afirmativas, pela revisão dos critérios avaliativos que naturalizam o padrão masculino de produção e pelo fortalecimento de canais seguros de denúncia e acolhimento nas universidades.

Palavras-chave: Violência de gênero. Ensino superior. Dominação simbólica. Sofrimento docente. Divisão sexual do trabalho.

¹ Docente do Centro Universitário de Mineiros — UNIFIMES. Pesquisadora das áreas de Gênero, Trabalho e Educação. E-mail para correspondência: perla@unifimes.edu.br



Abstract: This article investigates gender-based violence in higher education teaching as a structural phenomenon, whose persistence is articulated with the sexual division of labor, the symbolic devaluation of women's intellectual production, and the institutionalized reproduction of power asymmetries in Brazilian universities. The relevance of the topic is evidenced by data from the Higher Education Census (INEP, 2023): although women represent more than 54% of the faculty in higher education institutions, they hold fewer than 30% of rector and pro-rector positions, revealing the gap between numerical presence and equity of power. The central objective is to analyze, from a critical theoretical framework, the structural determinants of gender-based violence in university teaching, highlighting the articulation between symbolic domination, academic work organization, and teaching-related suffering. The methodology is theoretical-bibliographic, based on a narrative literature review drawing on Pierre Bourdieu, Christophe Dejours, Danièle Kergoat, and Heleieth Saffioti, combined with national studies contextualizing the phenomenon in the Brazilian university setting. The research is exempt from ethics committee submission pursuant to Resolution CNS No. 510/2016. Results show that gender-based violence operates through symbolic mechanisms that hinder recognition: underrepresentation of women in positions of power, erasure of female researchers' intellectual authorship, institutionally tolerated moral and sexual harassment, invisibilized emotional labor overload, and productivist penalization of careers interrupted by maternity. The article concludes by urging affirmative institutional policies, revision of evaluative criteria that naturalize male patterns of academic production, and the strengthening of safe reporting and care channels in universities.

Keywords: Gender-based violence. Higher education. Symbolic domination. Teaching suffering. Sexual division of labor.

INTRODUÇÃO

Universidades não são espaços neutros. Como qualquer instituição social, reproduzem — e muitas vezes intensificam — as hierarquias de gênero presentes na sociedade mais ampla. No caso brasileiro, esse processo tem contornos específicos: a expansão expressiva do acesso feminino ao ensino superior nas últimas três décadas não se traduziu em equidade de poder dentro das instituições universitárias.

Os números do Censo da Educação Superior (INEP, 2023) expõem a contradição com clareza: mulheres somam mais de 54% dos docentes em exercício nas IES brasileiras, mas



ocupam menos de 30% dos cargos de reitoria e pró-reitoria. Essa distância entre presença numérica e equidade de poder não é acidente administrativo. É produto de mecanismos institucionais que reproduzem a divisão sexual do poder dentro das universidades — mecanismos que este artigo se propõe a investigar.

De que modo a violência de gênero se manifesta e se perpetua no trabalho docente do ensino superior? Quais mecanismos institucionais sustentam seu silenciamento e normalização? São essas as questões que orientam o presente estudo, cujo objetivo geral é analisar, a partir de referencial teórico crítico, as determinações estruturais da violência de gênero na docência universitária — evidenciando a articulação entre dominação simbólica, organização acadêmica do trabalho e sofrimento docente.

Trata-se de pesquisa teórico-bibliográfica, sem coleta de dados com seres humanos, dispensada de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) pelo art. 1º, parágrafo único, da Resolução CNS nº 510/2016. O artigo organiza-se em quatro seções de desenvolvimento, além desta introdução e das considerações finais.

METODOLOGIA

Pesquisas bibliográficas são elaboradas a partir de material já publicado — livros, artigos de periódicos, documentos institucionais — e permitem ao investigador cobrir fenômenos de forma mais abrangente do que seria possível por levantamento direto (GIL, 2010). É esse o caminho metodológico adotado neste trabalho, que se apoia em revisão narrativa da literatura com construção de categorias analíticas.

Dois critérios orientaram a seleção do corpus bibliográfico: relevância teórico-conceitual para os eixos de gênero, trabalho e violência institucional; e pertinência empírica para o contexto universitário brasileiro. Obras fundacionais da sociologia do trabalho e dos estudos de gênero foram priorizadas, em articulação com produções nacionais dos últimos dez anos que contextualizam o debate para universidades públicas e privadas brasileiras.

Quatro categorias analíticas estruturam a análise: dominação simbólica, divisão sexual do trabalho acadêmico, sofrimento docente e produtivismo de gênero. Cada uma é operacionalizada teoricamente e confrontada com as evidências empíricas disponíveis na literatura nacional e internacional. Não se trata, portanto, de revisão exaustiva — mas de leitura densa e orientada pelo problema de pesquisa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dominação simbólica e o campo acadêmico

Bourdieu (2012) argumenta que a dominação masculina opera menos pela coerção física do que pela incorporação de esquemas de percepção e avaliação que levam os próprios dominados a reconhecerem como natural aquilo que é produto histórico de relações de força. Violência suave, invisível — e tanto mais eficaz quanto mais invisível. No campo acadêmico, que se legitima pela pretensão à neutralidade científica, essa dinâmica encontra solo especialmente fértil.

Na prática cotidiana das universidades, a dominação simbólica de gênero se manifesta sem precisar ser nomeada: na distribuição desigual de cargos de poder, mesmo onde a maioria do corpo docente é feminina; na desqualificação da fala das professoras em reuniões colegiadas; na atribuição naturalizada das tarefas de orientação emocional dos estudantes às mulheres. Yannoulas (2011) documenta como essa feminização de certas funções acadêmicas não implica valorização — ao contrário, marca as atividades atribuídas às mulheres como periféricas ao que realmente importa na carreira universitária.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição muito estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos (BOURDIEU, 2012, p. 18).

Esse ponto tem implicação metodológica que não pode ser ignorada: investigar a violência de gênero no trabalho universitário exige ir além dos episódios explícitos e denunciáveis. Sua forma mais eficaz é precisamente aquela que escapa ao reconhecimento — a que se confunde com o modo normal de funcionar das instituições.

Divisão sexual do trabalho e a carreira docente universitária

Kergoat (2009) identifica dois princípios que estruturam a divisão sexual do trabalho nas sociedades contemporâneas: o princípio de separação, que distribui atividades entre domínios masculino e feminino, e o princípio hierárquico, que atribui maior valor ao que é codificado como masculino. No ensino superior, esses princípios se traduzem em padrões persistentes de distribuição desigual de prestígio, poder e remuneração ao longo das trajetórias acadêmicas.

Existe um nome para o processo pelo qual as pesquisadoras ingressam em número expressivo na graduação e pós-graduação, mas vão sendo progressivamente filtradas nas etapas



posteriores: leaky pipeline — o cano furado das carreiras femininas na academia. Quanto mais alto o cargo, menor a presença feminina (LETA, 2003). Não se trata de diferença de competência. O que muda é a estrutura de condições: a maternidade penaliza carreiras em sistemas de avaliação baseados em produtividade contínua, e o ônus desse penalizamento recai quase inteiramente sobre as mulheres.

Saffioti (2015) lembra que o patriarcado não opera isolado — é um nó entrelaçado ao capitalismo e ao racismo. Para as professoras negras, indígenas e periféricas nas universidades brasileiras, a violência de gênero é atravessada por camadas adicionais de discriminação que tornam ainda mais improvável o reconhecimento e a nomeação da experiência violenta. Ignorar essa interseccionalidade seria, em si mesmo, uma forma de invisibilização.

Manifestações da violência de gênero e mecanismos de silenciamento

Nem toda violência de gênero no trabalho universitário se deixa ver facilmente. Há formas explícitas — assédio sexual, agressões verbais, ameaças diretas. Mas há também formas difusas que resistem à nomeação: a microagressão cotidiana, o apagamento da autoria intelectual das pesquisadoras nos créditos de projetos coletivos, a sobrecarga invisível do trabalho emocional que recai desproporcionalmente sobre as mulheres (HOCHSCHILD, 1983). A fronteira entre o normal e o abusivo é deliberadamente porosa — e é exatamente essa porosidade que sustenta o fenômeno.

Dejours (2015) demonstrou que o sofrimento no trabalho não decorre apenas das condições objetivas de labor. Resulta, sobretudo, da impossibilidade de reconhecimento — quando o trabalhador não vê seu esforço, sua competência e sua contribuição serem legitimados pela organização. Para as professoras universitárias, esse não reconhecimento é sistêmico: o trabalho de orientação afetiva dos estudantes, a mediação de conflitos departamentais, o planejamento curricular silencioso — tudo isso frequentemente realizado por mulheres — desaparece dos critérios de avaliação institucional.

Silêncio não é ausência de voz. É resposta racional a um ambiente que pune quem fala. Brito e Oliveira (2019) documentam que a maioria das professoras que vivenciam assédio no ambiente universitário não realiza denúncia formal. O motivo não é indiferença: é medo de represálias concretas — exclusão de projetos de pesquisa, bloqueio de progressão na carreira — e descrença acumulada na efetividade das instâncias institucionais. Expressões como 'ela está exagerando' ou 'aqui sempre foi assim' funcionam como dispositivos discursivos que responsabilizam a vítima pela gestão da violência e eximem a instituição de qualquer obrigação de intervir.



Produtivismo acadêmico e seus efeitos de gênero

O sistema de avaliação da pesquisa científica no Brasil — consolidado pelas métricas da CAPES e do CNPq — apresenta-se como neutro e meritocrático. Não é nem uma coisa nem outra. Ao mensurar produção acadêmica por volume de publicações em períodos contínuos, penaliza estruturalmente as carreiras de quem interrompe a produção. E as interrupções são distribuídas de forma muito desigual: a maternidade e as responsabilidades de cuidado permanecem majoritariamente atribuídas às mulheres.

Leta (2003) já mapeava esse fenômeno no início dos anos 2000, e os dados não melhoraram de forma substantiva nas décadas seguintes. Pesquisadoras que tiram licença-maternidade retornam para encontrar colegas com publicações a mais, bolsas renovadas, editais que já fecharam. O problema não está na escolha individual de ser mãe — está em um sistema avaliativo que trata condições de produção masculinas como padrão universal e tudo o que se afasta disso como desvio.

Há ainda uma dimensão que se tornou mais visível após a pandemia. Com a intensificação do trabalho remoto, o assédio migrou para os ambientes digitais — grupos de aplicativos de mensagens, e-mails institucionais, redes sociais. Stumpf, Souza e Silva (2022) mostram como esses espaços tornaram-se novos territórios de exposição e constrangimento das professoras universitárias, com a agravante de que a fronteira entre tempo de trabalho e tempo pessoal desapareceu, ampliando indefinidamente a superfície de vulnerabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há atalho confortável para a conclusão deste artigo. A violência de gênero no trabalho docente universitário não é fenômeno residual, nem produto de indivíduos mal-intencionados, nem disfunção institucional que uma política pontual resolve. É expressão estrutural de uma ordem social que produz e reproduz hierarquias sexistas por mecanismos que atuam com eficácia precisamente porque se apresentam como naturais, neutros ou inevitáveis.

Bourdieu, Dejours, Kergoat e Saffioti iluminam, cada um a seu modo, dimensões que nenhuma análise unidimensional consegue capturar: a dominação que opera pela cumplicidade inconsciente dos dominados; o sofrimento que nasce do não reconhecimento; a divisão sexual que estrutura hierarquias de valor no campo acadêmico; o nó patriarcal-capitalista-racista que torna esse problema interseccional e irreduzível. Tomados em conjunto, esses referenciais compõem uma moldura analítica capaz de fazer visível o que as instituições universitárias têm interesse em manter invisível.



Do ponto de vista prático, quatro frentes se mostram urgentes: formulação de políticas institucionais explícitas de enfrentamento à violência de gênero, com canais de denúncia seguros e protocolos reais de acolhimento; inclusão da perspectiva de gênero nas políticas de avaliação docente e progressão de carreira; revisão dos parâmetros do produtivismo acadêmico para eliminar penalizações estruturais às trajetórias das pesquisadoras; e produção de dados desagregados por gênero, raça e etnia nos censos da educação superior.

Nomear o que é silenciado é o primeiro ato político de qualquer transformação. Este artigo é, antes de qualquer coisa, uma tentativa de contribuir com essa nomeação.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRITO, Jussara Cruz de; OLIVEIRA, Rosmary Carneiro de. Saúde, gênero e trabalho docente: desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2019.

DEJOURS, Christophe. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. The Managed Heart: commercialization of human feeling. Berkeley: University of California Press, 1983.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2022: notas estatísticas. Brasília: INEP, 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (org.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-84.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 271-284, set./dez. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

STUMPF, Glauce; SOUZA, Sônia; SILVA, Denise Regina Quaresma da. Recrudescimento das desigualdades de gênero em relação ao trabalho remoto docente na pandemia. Revista Eletrônica de Educação, [S. l.], v. 16, p. e5647014, 2022. DOI: 10.14244/198271995647.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. Temporalis, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.